7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 23 de fevereiro de 2024

Bolsas Na quinta-feira

0,16% 1.18%

Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias

130.239 19/2 21/2 22/2

Na guinta-feira R\$ 4,953 Dólar Últimos 4.967 4,961 4,931 4,938

Salário mínimo

R\$ 1.412

Euro Comercial, venda

R\$ 5,361

CDI

11,15%

CDB Prefixado

11,05%

Inflação IPCA do IBGE (em %) Setembro/2023 Outubro/2023

Medidas levam à arrecadação recorde

Projetos aprovados no ano passado para engordar o caixa do governo explicam receitas de R\$ 282 bilhões no primeiro mês

» RAFAELA GONÇALVES

arrecadação federal de impostos e contribuições federais somou R\$ 280,64 bilhões em janeiro. O valor é recorde da série histórica, uma alta real de 6,67% em relação ao mesmo mês de 2023.

Segundo os dados divulgados pela Receita Federal, esse é o maior valor para todos os meses da série histórica, descontada a inflação.

Os números eram bastante aguardados por conta da expectativa quanto à capacidade efetiva das medidas de arrecadação implementadas pelo governo federal durante o ano passado resultarem em elevação das receitas. Essas medidas são a principal aposta do Executivo para melhorar o resultado primário neste ano e perseguir a meta de deficit fiscal zero neste ano.

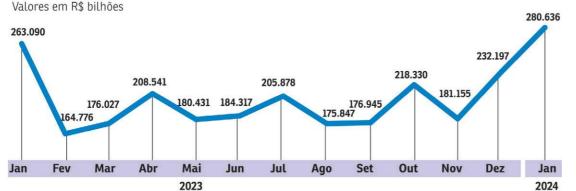
Contribuiu consideravelmente para o recorde, a tributação de fundos exclusivos uma das medidas arrecadatórias aprovadas no ano passado — que rendeu R\$ 4,1 bilhões aos cofres do governo em janeiro. Outro fator que engordou a arrecadação em janeiro foi a retomada da tributação integral sobre os combustíveis. Outro ganho se deve às receitas previdenciárias, que subiram 7,58%. A alta é explicada pela melhoria no mercado de trabalho, com ganhos de 2,55% da massa salarial. O limite colocado às compensações de créditos tributários, outra medida aprovada pelo governo no ano passado, também colaborou para a melhor performance da arrecadação.

Também houve alta no pagamento de impostos incidentes

Recorde

Arrecadação federal atinge, em janeiro, maior valor mensal da série histórica

DESEMPENHO MÊS A MÊS



FATORES ELEVARAM A ARRECADAÇÃO EM JANEIRO

- Desempenho da arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) com crescimento real de 24,41%, ou R\$ 4,1 bilhões, em função do aumento da arrecadação proveniente da tributação de fundos exclusivos
- Desempenho da arrecadação da Cofins/Pis-Pasep (+14,37%) em função da retomada parcial da tributação sobre combustíveis
- Desempenho da arrecadação da Contribuição Previdenciária, com crescimento real de 7,58%, e do IRRF-Trabalho, com crescimento real de 8,74%, ambos decorrentes do aumento real da massa salarial
- Tributação do lucro dos bancos contribuiu para o aumento da arrecadação, pois o setor contribuiu com R\$ 9,8 bilhões a mais em janeiro deste ano

sobre a rentabilidade de empresas, especialmente por instituições financeiras.

A arrecadação foi consideravelmente maior que as expectativas coletadas no início de janeiro pelo Prisma Fiscal, publicado pela Secretaria de Política Econômica (SPE), que projetava R\$ 262,8 bilhões. "Parte dos ganhos de receita observados em janeiro, no entanto, é transitória", destacou Felipe Salto, economistachefe da Warren Investimentos. "A taxação de fundos exclusivos rendeu R\$ 4,1 bilhões decorrentes da incidência de tributos sobre estoque, sendo já a segunda de quatro parcelas pagas. Essa fonte de arrecadação, em consequência, deve esgotar seus efeitos em março", afirmou.

Ao detalhar os número, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, disse que parte do crescimento da arrecadação em janeiro é estrutural, mas que é preciso ainda aguardar a finalização do trimestre por conta de ajustes, especialmente na tributação de empresas. "Foi contabilizado agora somente a taxação dos fundos exclusivos, ainda veremos entrar as receitas dos offshores. Há um prazo para aderirem à regulação, então temos que esperar o próximo mês para contabilizar os contribuintes que já regularizaram sua situação. Por enquanto, ainda está dentro do prazo", mencionou.

A arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que, em conjunto, cresceram 1,24%, contou com recolhimentos atípicos da ordem de R\$ 4 bilhões no mês de janeiro, frente a R\$ 3 bilhões no mesmo mês do ano passado.

O economista Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados, ponderou que ainda é muito cedo para saber se o bom

comportamento da receita em janeiro irá perdurar ao longo de todo o ano. "Tivemos um deficit primário muito elevado em 2023, mesmo que excluindo fatores atípicos como o pagamento de precatórios. Além do mais, 2024 também é um ano eleitoral e, como todo ano eleitoral, haverá pressão por maiores gastos. Vale ver a pressão do próprio Congresso Nacional para recompor o orçamento para emendas parlamentares, como as de comissões", avaliou.

Viana alertou ainda que é necessário estar atento à nova queda de braço entre a equipe econômica e o Legislativo para garantir essa arrecadação, como a MP 1.202, de dezembro de 2023, relativa à desoneração da folha de pagamentos; o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e a limitação de compensações de Créditos Decorrentes de Decisões Judiciais. "Esse é, sem dúvida, o novo foco de arrecadação do governo. Irá exigir muita negociação com o Congresso para viabilizar uma solução em que seja possível, politicamente, a aprovação",

acrescentou o economista. No início de fevereiro, em entrevista coletiva, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, já havia antecipado que o resultado da arrecadação de janeiro seria "muito bom" e se disse feliz pelos super ricos estarem pagando o Imposto de Renda. "É uma alegria muito grande a gente ver que finalmente alguns contribuintes estão tendo essa oportunidade de contribuir com o Estado brasileiro pagando Imposto de Renda", disse Barreirinhas à época.

Projeções estão mais otimista

Economistas do mercado financeiro projetaram ligeira queda na inflação para 2024 e elevaram suas expectativas para o crescimento da economia brasileira neste ano. Segundo os dados do Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 3,82% para 3,81%.

A publicação, que é feita semanalmente às segundas-feiras, foi adiada devido à paralisação parcial dos funcionários do BC na semana. Para 2025, a previsão para a inflação de 2025 subiu de 3,51% para 3,52%. A projeção para 2026, por sua vez, permaneceu nos mesmos 3,50%, assim como para 2027.

Com o ajuste, a inflação deste estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 3%, em 2024 e 2025. A margem de tolerância para que ela seja considerada cumprida é de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima.

Os ajustes de expectativas, embora relativamente modestos, implicam na consolidação de um cenário de inflação acima da meta de 3% por um horizonte mais longo. A queda das expectativas para 2024 mostram o mercado mais otimista de que a inflação não chegará aos 4%, conforme as estimativas mais pessimistas do começo do ano, mas ainda bastante longe dos 3%", destacou o diretor sênior do Ibmec, Reginaldo Nogueira.

O economista afirmou ainda que o mais importante é observar as expectativas mais longas, para 2026 e 2027, que se mantiveram nos mesmos 3,5%. "Isso significa que ainda há um trabalho por parte do Banco Central para trazer a inflação para o centro da meta. A conclusão é que talvez o corte dos juros não seja tão intenso quanto esperado anteriormente, tornando-se mais difícil que cheguem abaixo dos 9% esse ano", avaliou.

Para o Produto Interno Bruto (PIB), a mediana das projeções para este ano avançou de uma expansão de 1,60% para 1,68%. A projeção para 2025 continuou em 2,0%, assim como a de 2026, que permaneceu em 2,0%.

As projeções para a taxa básica de juros (Selic) não sofreram alterações em todo o horizonte da pesquisa. A estimativa para 2024 ficou nos mesmos 9%, para 2025, manteve-se em 8,5%, assim como a projeção para 2026, em 8,5%.

Embora as expectativas para o desempenho da economia sejam mais baixas que no ano passado, o economista Volnei Eyng, CEO da Multiplike, considera os números "animadores", visto que é a terceira revisão para cima do indicador neste ano. "As projeções da Selic mostram que a inflação está sob controle, e quanto ao PIB, minha expectativa é de que encerre 2024 em 2,2%", projetou Eyng, com otimismo. (RG)

Mercado deve reagir bem à meta zero, diz Galípolo

» RAPHAEL PATI

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou, ontem, que o mercado deve reagir de maneira positiva, caso a meta de deficit zero nas contas primárias seja mantida ou apresente mudanças inferiores ao esperado. Esse desafio enfrentado na política fiscal, na avaliação do economista, segue como um problema para o país.

Durante evento organizado pela Câmara Espanhola de Comércio no Brasil, em São Paulo, Galípolo reforçou que, da mesma forma que pode haver uma reação positiva em zerar o déficit, os investidores ainda tendem a reagir positivamente se o deficit primário for menor as estimativas do mercado para o ano, que giram em torno de 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB).

O diretor destacou que a arrecadação tem surpreendido de maneira positiva, e expressou estar confiante com a revisão dos gastos públicos, em fase de elaboração pela ministra do Planejamento, Simone Tebet. Ele também reafirmou que a perspectiva de não haver cumprimento da meta de resultado primário "já está relativamente precificada"

nos ativos financeiros.

Sobre a condução da política monetária e a perspectiva de mais cortes na Selic, o diretor do BC reiterou que as discussões dos investidores estão mais diretamente relacionadas à previsão de patamar da Selic ao final do ciclo de flexibilização monetária. O Boletim Focus divulgado nesta quinta-feira (22) estima uma Taxa Básica de Juros em 9% no fim de 2024.

Na avaliação de Galípolo, a coerência entre as decisões do Copom e as sinalizações emitidas no comunicado contribuíram para a ancoragem das expectativas. Dessa forma, a volatilidade no mercado também foi reduzida.

O diretor de Política Monetária do BC ressaltou que os impulsos fiscais que ajudaram no desempenho econômico acima das expectativas em 2023 não devem se repetir com a mesma intensidade neste ano, embora permaneçam. "Do ponto de vista do estímulo que o governo forneceu à economia em 2023, esperase que seja um estímulo menor neste ano. Mas também permanece numa zona de sustentação da economia", destacou Galípolo.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula



Para Galípolo, mercado já precificou o não cumprimento da meta do governo de zerar o deficit fiscal